



**SOCIEDADE  
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

# **VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA**

**19 a 22 Junho 2012**

**Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação**

---

ÁREA TEMÁTICA: "[ Globalização, Política e Cidadania ]"

---

**GOVERNAÇÃO LIBERAL GLOBAL E ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL À DEMOCRATIZAÇÃO NA BÓSNIA-HERZEGOVINA E NA FEDERAÇÃO RUSSA: UMA ANÁLISE PÓS-COLONIAL**

---

SEIXAS, Eunice Castro

Doutoranda em Pós-colonialismos e cidadania Global

CES, FEUC

Euniceseixas@gmail.com

---



### Resumo

Os processos de assistência internacional à democratização e de construção da paz assentam num quadro de governação liberal que tem sido amplamente criticado. As críticas incidem sobre o facto de esta intervenção ser feita tipicamente de modo estandardizado e de cima para baixo, usada para promover os interesses securitários dos doadores ocidentais, em vez de ser motivada por uma preocupação genuína pelo bem-estar dos recipientes, contribuindo deste modo para aumentar a divisão entre o Norte e o Sul, “vida segurada e vida não segurada”. As Organizações Não Governamentais (ONGs), em particular, são vistas como representantes desta perspetiva, ao promoverem as narrativas globais dos direitos humanos, democracia e cidadania global. Os objetivos desta comunicação são: 1) partindo das teorias críticas e pós-coloniais, propor uma análise das dinâmicas de poder situadas entre doadores e recipientes e do modo como os diversos atores sociais dos países recipientes reapropriam, contestam ou modificam os discursos e as práticas de democratização; 2) apresentar os resultados do meu projeto de doutoramento, um estudo de caso múltiplo que compara dois contextos deliberadamente escolhidos pelos seus resultados esperados de contraste, no modo como estes respondem à expansão do projeto de governação global para a Europa de leste, nos processos de democratização e ajuda ao desenvolvimento: o pequeno Estado periférico da Bósnia-Herzegovina e o poder emergente da Federação Russa. Focar-me-ei, em particular, nas ONGs ligadas aos direitos humanos, nos seus discursos, relação com os doadores e impacto na sociedade recipiente, com o objetivo de investigar as respetivas reações e contestações ao projeto liberal global de democratização.

### Abstract

International Democracy Assistance and Peace-Building processes rely on a liberal peace framework that has been widely criticized. Critics argue that this assistance/intervention is typically done in a top-down manner and used to promote the western donors' security interests, rather than being motivated by a genuine concern for the recipients well being (see for example, Chandler, 2000; Duffield, 2002; Duffield & Waddell, 2004; Pureza et al., 2006) contributing, instead, to further the divide between North-South, “insured and non-insured life” (Duffield, 2008). Non-Governmental Organizations (NGOs), in particular, are seen as representatives of this approach, promoting global narratives of human rights, democracy and global citizenship. The aims of this presentation are: 1) to suggest that these critical propositions should be examined by investigating the processes of democratization in their full complexity, which means analyzing the situated dynamics of power between donors and recipients, and how the recipient countries re-appropriate, contest or modify the discourses and practices of democratization and peace-building; 2) to present the results of my PhD project, a multiple case-study comparing two contexts deliberately chosen for their expected contrasting results in the way they respond to the expansion of the global governance project to Eastern Europe, in its processes of democratization and development aid: the small and peripheral state of Bosnia-Herzegovina and the emergent power of Russian Federation. I will focus, in particular, on the human rights/peace-building NGOs in the two cases, their discourses, relationship with donors and impact on recipient society, with the aim of investigating their reactions and possible confrontations to the liberal peace/democratization/citizenship project.

Palavras-chave: "[ Democratização; Paz Liberal; ONGs, Bósnia-Herzegovina; Federação Russaa ]"  
Keywords: "[ Democratization; Liberal Peace; NGOs; Bosnia-Herzegovina; Russian Federation ]"

PAP1312



## Introdução

A 'paz liberal' está associada ao intervencionismo externo nas sociedades em transição pós-conflito e à exportação dos quadros liberais de eleições democráticas, Estado de direito, economia de mercado e mais recentemente, 'boa governação'. Neste sentido, uma paz liberal compreende, especialmente na sua forma atual, tanto as reformas políticas e económicas que assistem uma mudança de regime, como uma ênfase nos direitos humanos e construção da sociedade civil para apoiar transformações culturais e sociais. O enfoque na democratização e na construção/fortalecimento da sociedade civil permanece ainda um aspeto importante da atual cooperação para o desenvolvimento entre os Estados ocidentais e os países da antiga União Soviética.

Parece então relevante analisar as dinâmicas de poder situadas entre doadores e recipientes e o modo como os diversos atores sociais dos países recipientes reapropriam, contestam ou modificam os discursos e as práticas de democratização. Partindo duma perspetiva transdisciplinar crítica apoiada num enquadramento teórico/epistemológico pós-colonial, pretendo investigar estas questões relativamente ao caso da Bósnia-Herzegovina (daqui por diante BiH) e da Federação Russa (daqui por diante FR). A nível dos agentes estudados, o meu foco é nas organizações não-governamentais (ONGs) de direitos humanos e democratização, nos seus discursos, relação com os doadores e impacto na sociedade recipiente, com o intuito de investigar as suas reações e possíveis resistências ao projeto liberal de paz/democratização.

A estrutura deste artigo é a seguinte: começo por apresentar sucintamente as principais perspetivas críticas à ajuda ao desenvolvimento e paz liberal, enquadrando-as nas teorias da segurança humana, e fazendo a articulação destas com as teorias do pós-desenvolvimento, pós-coloniais e teorias descoloniais. Em seguida, apresento a metodologia e os resultados para cada caso e comparando os dois casos em termos de diferenças e semelhanças. Finalmente, discuto os principais resultados em termos das suas implicações para a análise dos processos de democratização nos dois países.

### 1. O Projeto de Paz Liberal Global: Principais Críticas e Perspetivas

Desde a década de 1990 que uma assistência internacional à democratização tem vindo a projetar um quadro de paz liberal através da América Latina, Europa Central e de Leste e na ex. União Soviética, na África subsaariana e na Ásia. Todavia, o projeto global liberal de paz tem sido vastamente criticado, nomeadamente, por contribuir para criar uma nova divisão entre o Ocidente e o Oriente, agora entre democracias 'maduras' e democracias 'frágeis' (Chandler, 2000:14), ou uma divisão biopolítica entre 'desenvolvidos e subdesenvolvidos', 'vida segurada e não segurada' (Duffield, 2008). Neste processo, "(...) os estados transicionais são auditados para avaliar uma respetiva conformidade aos valores políticos liberais e às exigências da governação global por organizações como a Transparência Internacional, a Amnistia Internacional, a *Human Rights Watch*, ou o Banco Mundial" (Roberts, 2010:37).

Estas críticas, que veem o desenvolvimento e a paz liberal como uma imposição ou hegemonia ocidental, coincidem com os principais argumentos dos teóricos do pós-desenvolvimento que surgem com a viragem discursiva das ciências sociais, muito influenciados pelo pós-estruturalismo e em especial, pelos trabalhos e conceitos de Michel Foucault. De facto, considero mesmo que recentemente, na área dos estudos da segurança humana e críticas à paz liberal, observa-se uma reprodução de algumas das controvérsias ou debates que têm agitado as perspetivas do pós-desenvolvimento e estudos pós-coloniais. No âmbito dos estudos da segurança humana estes debates parecem centrar-se essencialmente em três questões. Em primeiro lugar a questão da conceptualização do poder, ligada à relação inconclusiva entre uma especificidade histórico-geográfica das formas e momentos de opressão e a narrativa 'global' hegemónica da governação global liberal. Em segundo lugar, a questão da conceptualização da agência e da resistência e respetivas escala(s) – locais, nacionais ou globais, envolvendo por exemplo, o risco de romantização do local. Em terceiro lugar, um uso por vezes abusivo de conceitos e metáforas oriundas dos estudos pós-

coloniais (tal como resistência e hibridação) e também (como na perspectiva do pós-desenvolvimento), de conceitos Foucaultianos como os conceitos de biopolítica e governamentalidade. Sugiro ainda que estes autores tendem a negligenciar duas questões essenciais que pautaram os debates nos estudos culturais e da colonialidade: a questão do posicionamento crítico do sujeito investigador e a questão da descolonização da epistemologia e cânones ocidentais e a construção de uma epistemologia subalterna alternativa.

Centrar-me-ei aqui apenas na primeira destas questões que é evidenciada por David Chandler ao explicar como diferentes conceptualizações do poder têm pautado a literatura recente na área da segurança humana. Chandler (2008) sublinha a importância de se estudar primeiro as relações 'reais' de poder para depois se compreender os respetivos discursos e ideologias, criticando assim o movimento idealista inverso de "descer céu para a terra", que os teóricos e críticos da segurança humana têm praticado (468-469). Especificamente, o autor faz referência às críticas à paz liberal 'baseadas no poder', ou seja, aquelas que evidenciam o carácter hegemónico e neocolonialista da intervenção externa e da construção da paz, como por exemplo, as veiculadas por Mark Duffield, Michael Pugh e Oliver Richmond, argumentando que estes autores pressupõem o poder em vez de o teorizarem e por isso, em última análise, estas não são uma perspectiva crítica (p. 21). Duffield, por exemplo, argumenta que a perspectiva da segurança humana, que emergiu nos anos 1990 e supõe umnexo entre a segurança e o desenvolvimento, é de facto uma "coleção da governação global" com o objetivo de gerir uma 'vida não segurada' em países subdesenvolvidos (Duffield, 2002). Assim, a ajuda ao desenvolvimento serve para criar uma "divisão biopolítica" entre povos desenvolvidos e subdesenvolvidos, 'vida segurada e não-segurada' (Duffield, 2008). De modo semelhante, Roberts argumenta que "a governação global pode ser compreendida com um processo biopolítico ideacional hegemónico, através do qual o neoliberalismo disciplina e pune as políticas, economias e sociedades a um nível global, através de instituições públicas e privadas assimetricamente orientadas" (Roberts, 2010:38). Roberts vê a governamentalidade como o poder que serve não apenas para produzir vida mas também para a reduzir (*Ibid.*: 43), e identifica três características do neoliberalismo hegemónico da governação global: 1) a sua natureza biopolítica; 2) a sua distribuição capilar e 3) a sua assimetria de poder. Uma das maneiras pelas quais uma paz liberal pode produzir desigualdades de poder e injustiça social é contribuindo para apoiar as elites políticas locais e os senhores da guerra, mesmo que não intencionalmente. Tal é também evidenciado por Richmond (2009), que sugere que esta cumplicidade dos atores internacionais com as elites corruptas e nacionalistas locais se pode explicar tanto pela falta de um interesse genuíno no empoderamento dos cidadãos, como por uma espécie de ingenuidade na implementação destas políticas. Richmond argumenta ainda que a construção de paz falhou porque esteve ancorada na globalização e num receituário liberal global "*one size fits all*". O autor sugere que a construção da paz deve, em alternativa, ser ancorada na localização assim como na transnacionalização (*Ibid.*). Pugh (2005:38) por sua vez, chama a atenção para o problema epistemológico, ao dizer que "(...) a sabedoria económica (ainda) reside com os poderosos", assim como as ideias acerca da boa vida e dos meios para a alcançar.

Duffield, Roberts, Richmond e Pugh colocam de facto a ênfase no carácter hegemónico da ajuda ao desenvolvimento e paz liberal, apoiando-se em conceitos Foucaultianos, como o de 'biopolítica' e 'governamentalidade liberal', assim como de metáforas e conceitos ligados aos estudos pós-coloniais. Mas se Chandler tem alguma razão nas críticas que faz a estes autores, sobre o facto de estes tenderem a pressupor o poder em vez de o analisar nas suas 'relações reais', ele próprio acaba por cair no mesmo erro nas suas propostas, mais centradas na análise dos discursos e políticas das organizações internacionais do que num estudo de campo sobre o modo como as populações locais respondem às mesmas políticas. Recentemente, por exemplo, Chandler (2007a) sugere que a assistência internacional à democratização, especialmente num quadro da segurança humana, está a tornar-se uma 'anti política externa', faltando-lhe um claro enquadramento político e estratégia de longo termo, recorrendo, em alternativa, à retórica moral, como meio de escapar à responsabilidade e de promover uma autoimagem simbólica do Ocidente. Esta mudança para uma política *ad-hoc* está também associada a uma mudança de foco do desenvolvimento para uma boa governação, capacitação, anticorrupção e transparência, colocando a responsabilidade nos países recipientes não-ocidentais (*Ibid.*: 375). Chandler (2007b) apelida esta mudança de "hegemonia oca", querendo com tal significar um poder é esvaziado de qualquer conteúdo ou estrutura - "(...) o esvaziamento dos enquadramentos de significado tradicionais que refletiam e estruturavam o poder ocidental" (723). Não

querendo minimizar a importância destas propostas, penso que a todos estes autores falta equacionarem a questão do posicionamento do sujeito crítico, através por exemplo, de uma maior autorreflexividade e abertura epistemológica e metodológica. Também não parece existir grande preocupação com uma descolonização da epistemologia e conceitos oriundos do cânone ocidental ou com a construção de novos conceitos a partir duma epistemologia subalterna. Sugiro que estas questões devem pautar uma perspectiva pós-colonial sobre a governação global liberal e assistência internacional à democratização e é aqui que situo o meu enquadramento. Parto de uma definição bastante abrangente do pós-colonialismo como:

*(...) conjunto de correntes teóricas e analíticas, com forte implicação nos estudos culturais, mas hoje presentes em todas as ciências sociais que têm em comum darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação e na compreensão do mundo contemporâneo. (Santos, 2004)*

Na minha perspectiva, esta definição de Boaventura de Sousa Santos, permite uma abordagem interdisciplinar que cruze o vetor Norte-Sul com o vetor Ocidente-Oriente para uma análise das formas atuais de colonialidade, nomeadamente nas suas dimensões globais associadas à governação global liberal.

## **2. Método**

### **2.1. Desenho**

Este é um estudo de caso múltiplo que examina a questão de como as ONGs de direitos humanos e democratização da BiH e da FR recebem e reagem ao projeto liberal global de paz e democratização. Uma metodologia de estudo de caso permite o uso de diferentes métodos, técnicas e dados e este estudo inclui dados de entrevistas qualitativas em profundidade, observação 'etnográfica' e a análise de documentos (relatórios de ONGs).

### **2.2. Contexto e estratégia de amostragem**

Os contextos deste estudo são as cidades de Sarajevo e Banja Luka na BiH e a cidade de São Petersburgo na FR. O trabalho de campo teve uma duração total de cerca de 5 meses em cada país, decorrendo nos anos de 2009 e 2010.

A estratégia de amostragem baseou-se na utilização de diferentes fontes para a criação de uma primeira lista de ONGs a contactar, aquelas percecionadas como as mais importantes/ativas nas áreas dos direitos humanos, democratização e construção da paz. Num primeiro momento de amostragem inquiri a minha instituição de acolhimento, fiz uma pesquisa (utilizando documentos académicos e também os motores de busca da internet) para perceber quais as ONGs mais referenciadas e ativas. Num segundo momento, devido a dificuldades em chegar até aos sujeitos através de contactos institucionais e por endereço eletrónico, utilizei a técnica de amostragem da bola de neve. Tive também a ajuda de um jornalista de Sarajevo para estabelecer alguns dos contactos.

### **2.3. Recolha de Dados**

A recolha de dados foi baseada fundamentalmente nas entrevistas qualitativas com representantes das ONGs. As questões eram abertas e incluíam os temas relacionados com a história da organização; os seus objetivos e metodologias; os seus maiores sucessos e obstáculos ou dificuldades; a relação com os doadores e a influência da comunidade internacional; a sociedade civil e as ONGs de direitos humanos; a perceção relativamente ao futuro. Após obter o consentimento informado dos participantes e sempre que possível, as entrevistas eram gravadas para posteriormente serem transcritas e analisadas.

Outras fontes de dados incluíam um diário de campo, em que registava as minhas impressões, sentimentos e análises, durante o trabalho de campo, constituindo um importante instrumento para a autorreflexividade, assim como outros documentos relevantes (relatórios de ONGs, notícias, inquéritos e indicadores económicos e sociais de cada um dos países).

## **2.4. Relação entre Investigador e Participantes**

A grande maioria dos meus entrevistados mostrou-se bastante aberta e transparente e sem objeções a que eu gravasse a entrevista. As entrevistas foram realizadas na língua inglesa e o facto de nem eu como entrevistadora, nem os entrevistados (na sua maioria locais) serem falantes nativos de inglês, foi tomado em consideração na análise, através de uma ênfase dada aos significados ideativos, em detrimento dos aspetos linguísticos formais do texto. De modo a lidar com um possível viés linguístico, durante a entrevista fui reformulando as ideias principais (incluindo sentimentos) que percebia do discurso do meu interlocutor, de modo a ter a certeza tinha compreendido.

## **2.5. Análise**

A análise das entrevistas e dos documentos seguiu a perspetiva da análise crítica de discurso, utilizando o enquadramento e categorias propostas por Norman Fairclough (2003). Subsequentemente, procedeu-se a uma análise integrativa dos diferentes tipos de dados.

## **3. Resultados**

### **3.1. Bósnia-Herzegovina**

A Bósnia-Herzegovina (BiH) está desde o Acordo de Paz de Dayton que pôs fim à guerra em 1995, sob regulação internacional e a supervisão do 'Alto Representante' (OHR), combinando desde 2002 este papel com o de representante especial da União Europeia União. A complexa estrutura política estabelecida pelo Acordo de Paz de Dayton para acomodar diferentes fações da Bósnia-Herzegovina: sérvios, croatas e bósnios muçulmanos (bosniaks) e dividiu a sociedade em duas "entidades": a Federação da Bósnia e Herzegovina (Federação BiH) e a Republika Srpska (RS). A Federação é predominantemente Bosniak e com uma minoria de bósnios croatas, e a RS é predominantemente servo-bósnia. A Constituição (Anexo 4 do Acordo de Dayton) estabeleceu um governo central, com uma legislatura bicameral, uma presidência de três membros (um croata, um bósnio e um sérvio), um conselho de ministros, um tribunal constitucional, e um banco central. O estabelecimento do cargo do Alto Representante (OHR) para coordenar e supervisionar a aplicação das disposições civis do acordo transformou a BiH numa soberania partilhada, onde organizações supranacionais implementam a paz liberal e a economia de mercado, num processo criticado por muitos por contribuir para uma dependência de ajuda externa e falta de responsabilização quer na sociedade civil, política ou economia (cf. por exemplo, Bieber, 2002 e Chandler, 2000).

Os doadores mais importantes, como a Comissão Europeia ou a USAID, têm vindo a apostar na democratização através de uma estratégia de construção da sociedade civil, na qual uma enorme quantidade de dinheiro foi investida. Por exemplo, a Comissão Europeia já investiu mais de € 13 milhões em projetos destinados a desenvolver o sector da sociedade civil na BiH através OBNOVA / CARDS e da Iniciativa Europeia para a Democracia e os Direitos Humanos. O fortalecimento da sociedade civil e democratização são ainda temas chave no âmbito do Acordo de Estabilização e Associação da UE.

No entanto, a construção da sociedade civil na BiH tem sido criticada por se basear numa imposição de cima para baixo de um conceito liberal / pluralista de sociedade civil que levou a um aumento exponencial de associações, presumivelmente independentes do Estado e do mercado (Belloni, 2001). Esta forma de desenvolvimento da sociedade civil, sem qualquer preocupação com o contexto local ou tentativa de tradução intercultural contribuiu provavelmente para a crise atual de legitimidade e sustentabilidade das ONGs bósnias. Além disso, os discursos dos doadores revelam um quadro de securitização que, dando prioridade ao desenvolvimento da sociedade civil e a estratégias de contenção através da ênfase dada às questões dos vistos, migração e controle de tráfico de seres humanos, têm reforçado ambas as imagens de subdesenvolvimento ou de 'falta' e de instabilidade da região. Estas imagens de falta e instabilidade legitimam a intervenção adicional da CI, através do desenvolvimento psicossocial e de mais estratégias de contenção, ou seja, mais do mesmo.

### 3. 1.1. Resultados BiH

A análise das entrevistas com representantes das ONGs revelou cinco temas: “imagens e responsabilidades da comunidade internacional”, “imagens da BiH”, “imagens da sociedade civil”; “agência” e “mudança”. Estes temas foram posteriormente contextualizados a partir dum cruzamento com os dados da observação etnográfica e análise de documentos. Não é possível, no âmbito deste artigo, analisar em detalhe cada um desses temas. Em geral, a análise revela que a apatia e o pessimismo prevalecem na BiH e estão associados a um discurso de subdesenvolvimento que retrata a BiH como ‘falta’: falta de agência, de mobilização, de mudança positiva, falta de alternativas políticas. Observa-se também o discurso que descreve a BiH como “um país anormal”, onde tudo é possível (especialmente tudo de mal) e que é contrastado a “um qualquer outro país normal da Europa Ocidental”.

Ambos estes discursos têm ressonância com os discursos de securitização do desenvolvimento (por exemplo veiculados pela USAID), em que as falhas de programas de democratização são justificadas através de uma naturalização da identidade BiH nas ideias de subdesenvolvimento e irracionalidade. E outra representação vem à mente, a da BiH “como uma criança”, aprendendo a dar os primeiros passos na sua primeira como um Estado democrático, referida por alguns dos meus entrevistados. Também congruente com a ênfase estratégica no desenvolvimento psicossocial, a democratização surge associada a uma mudança de mentalidade e à defesa dos direitos humanos.

No entanto, essa adesão aparente aos discursos ocidentais de desenvolvimento é acompanhada por uma forte crítica da comunidade internacional (CI). A CI é desconstruída enquanto conjunto heterogêneo de forças e interesses, que ao invés de ser um supervisor neutro / mediador, se tornou num jogador interno da política nacional e nem sequer conseguiu garantir a segurança no país. Observa-se ainda a alegação de que CI está a usar o seu poder na BiH para endossar práticas neocoloniais de dominação económica e política, promovendo ainda mais a dependência do país. Em suma, a CI parece estar a perder a credibilidade na BiH, estando frequentemente associada a sentimentos de ressentimento e desconfiança. Raramente surgiam associações positivas relacionadas com a CI e quando surgiam havia sempre um ‘senão’. Por exemplo era reconhecida a importância da CI em ter posto fim à guerra, mas criticados os termos do Acordo de Dayton, ou de ter evitado o eclodir duma nova guerra desde Dayton até agora (e o “até agora” era sublinhado). Reconhecia-se a importância da ajuda à reconstrução pós-guerra, mas simultaneamente criticava-se o processo de privatização e o facto de muito do dinheiro que entrou no país ter desaparecido sem que a CI o tivesse evitado. Simultaneamente a crítica estende-se às elites nacionais e às próprias organizações da sociedade civil, as primeiras por falta de vontade política e as segundas por falta de impacto na sociedade. Em geral, porém, os membros das ONGs parecem estar mais preocupados com a sua própria sobrevivência e sustentabilidade do que em criticar a CI e as políticas dos doadores. O risco de esgotamento (*burnout*) é várias vezes mencionado de forma explícita ou implícita.

### 3.2. A Federação Russa

O processo de democratização na Rússia resultou num regime híbrido, ao qual se associaram uma série de denominações, tais como uma “*overmanaged democracy*” (Petrov, Lipman & Hale, 2010), ou uma “democracia soberana” (Krastev, 2006), com ambições re-imperialistas de se tornar “na outra Europa, uma alternativa para a União Europeia”(Ibid.). Após o período de transição dos anos 90, muitas organizações internacionais que trabalhavam na área dos direitos humanos deixaram o país, e o financiamento internacional diminuiu. No entanto, presentemente, as ONGs de direitos humanos ainda dependem principalmente dos doadores ocidentais, como o National Endowment for Democracy (NED); Fundação Ford, Comissão Europeia; Soros Foundation, Agência Sueca de Cooperação para o Desenvolvimento (ASDI), Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID); UK Department for International Development (DFID), entre outros.

Recentemente, a cooperação para o desenvolvimento na Rússia tem vindo a construir a ideia de "parceria estratégica". Por exemplo, a USAID refere-se aos seus compromissos na Europa e na Eurásia como: "Parceria com a Rússia, enquanto doador emergente, ao mesmo tempo que pressiona para o respeito dos valores universais e da liberdade democrática; Aumentar a estabilidade no Cáucaso através da assistência para o crescimento econômico e comércio, medidas de aumento da confiança, desenvolvimento institucional e da sociedade civil ". Há um claro reconhecimento do poder econômico da Rússia e seu estatuto como um doador emergente e simultaneamente há a suposição de que a Rússia não alcançou os mesmos padrões democráticos que os Estados da Europa Ocidental. Também a União Europeia (UE) tem, desde o final da década de 1990 e posteriormente, no âmbito da política de vizinhança (PEV), lançada em 2003, estabelecido parcerias e vários acordos de cooperação (APC) com a Rússia e os novos Estados independentes da Europa de Leste, Sul do Cáucaso e Ásia Central: Arménia, Azerbaijão, Geórgia, Cazaquistão, Quirguistão, Moldávia, Ucrânia, Uzbequistão e Tadjiquistão.

Se 'parceria estratégica' é o discurso habitual entre os doadores ocidentais mais importantes há, por outro lado, na FR de hoje, uma atmosfera de suspeita, instigada pelo Kremlin, em relação a organizações nacionais e internacionais que trabalham na área dos direitos humanos. As ONGs nacionais financiadas por doadores estrangeiros são associadas a uma agenda ocidental e ao imperialismo americano. As tentativas do Kremlin para controlar as ONGs de direitos humanos incluíram a aprovação, em 2006, de uma lei que " (...) amplia significativamente o controle governamental sobre as ONGs e restringe consideravelmente o direito de associação e o direito à privacidade de ONGs e membros de ONGs " (Kamhi, 2006), exigindo destas organizações relatórios frequentes e documentos e permitindo a possibilidade de controlos surpresa, que têm ocorrido também em 2010. A maioria dos membros das ONGs com quem falei mencionou esta lei, bem como o difícil processo de registro da ONG e os controlos surpresa por parte do Kremlin como obstáculos ao seu trabalho. Além disso, os defensores dos direitos humanos continuam a enfrentar problemas de segurança graves na Rússia, sendo vítimas de ataques, incluindo espancamentos e até assassinatos.

Possivelmente, a atual política externa de afirmação da FR, em conjunção com a política pragmática do presidente Medvedev visando a construção de parcerias estratégicas com a EU, apontam para um uso meramente retórico dos discursos sobre a democracia, a sociedade civil e os direitos humanos. Além disso, a democracia e os direitos humanos podem estar associados às dificuldades vivenciadas na Rússia na altura do colapso da União Soviética, em vez de estarem associadas ao desenvolvimento e melhoria na qualidade de vida. Por outro lado, as condições atuais de relativa estabilidade política e a adoção de políticas pragmáticas trazem de volta a esperança da Rússia como grande potência, ou pelo menos como uma potência emergente.

### **3.2.1. Resultados FR**

Após a análise e integração dos dados recolhidos a partir de entrevistas, documentos e observações em conferências, apresento algumas conclusões gerais sobre a forma como os discursos ocidentais sobre os direitos humanos e a sociedade civil são recebidos e reapropriados na FR. Em primeiro lugar, os conceitos de direitos humanos e sociedade civil são conceitos relevantes para a comunidade de ONGs russa, embora não pareçam mobilizar o público em geral. Em segundo lugar, embora o discurso das ONGs russas sobre direitos humanos incorpore alguns elementos da concepção ocidental liberal também se observam algumas críticas a essa concepção. E, finalmente, parece haver alguma abertura para o debate dentro da comunidade de ONGs, talvez como uma forma de ajustamento às recentes mudanças no ambiente nacional e internacional (Castro Seixas, 2011).

Em relação a minha primeira asserção, apesar da heterogeneidade entre as ONGs russas, em geral, essas organizações ainda se identificam com o discurso dos direitos humanos, como a criação do 'Conselho dos Direitos Humanos' atesta. Não encontrei qualquer discurso emergente alternativo ao conceito ocidental de direitos humanos. No entanto, as ONGs de direitos humanos enfrentam problemas de legitimidade e de mobilização do público. As dificuldades de mobilização são por vezes associadas aos custos do ativismo, como quando os alunos são expulsos da universidade devido à sua participação em protestos públicos que contestam as políticas de educação. Alguns dos meus entrevistados associam o problema de legitimidade ao próprio discurso dos direitos humanos em si e sua percepção em geral como uma "ideia velha, dos anos 1990,

tal como a democracia", ou a uma associação com uma agenda e imperialismo ocidentais. Outras explicações para a dificuldade de mobilização do público para as atividades de direitos humanos são a prioridade atual dada às questões da segurança e questões económicas, a fragmentação da sociedade, e também a "condição pós-moderna" da nova geração, que se aborrece facilmente, e prefere experimentar coisas novas do que comprometer-se com uma atividade que é, além disso menos lucrativa do que outras. De fato, parece haver uma necessidade de profissionais (por exemplo, de advogados e juizes), para trabalhar em atividades de direitos humanos.

Quanto à minha segunda asserção, a concepção ocidental de direitos humanos é aceite em alguns de seus aspetos e contestada noutros. Assim, a universalidade dos direitos humanos é questionada, chamando a atenção para os critérios duplos do ocidente e em particular dos EUA, na avaliação do seu cumprimento. Por outro lado, alguns aspetos da concepção ocidental de direitos humanos parecem ser menos contestados, como o seu fundamento numa concepção de um indivíduo autossustentável; a ideia de uma oposição entre Estado e sociedade civil; a importância do Estado de Direito e a adoção de uma abordagem legalista / educacional dos direitos humanos, (também ligada à utilização dos instrumentos jurídicos internacionais, como o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos) e as preocupações com a profissionalização das ONGs, associadas ao discurso da 'gestão'. Relativamente a este último ponto, as preocupações com a profissionalização e gestão das ONGs também pode representar uma reapropriação do discurso do Kremlin sobre a liderança e gestão de sucesso (Castro Seixas 2011).

Observa-se simultaneamente um apelo para um maior apoio e ação da comunidade internacional e um forte compromisso com as ideias de '*self-ownership*' e agência, ligadas a uma ideia de independência das ONGs nacionais. Este apelo das ONGs para uma posição mais ativa por parte da comunidade internacional (de fato da comunidade ocidental) em relação às violações de direitos humanos na Rússia, bem como "apoio moral e intelectual" aos defensores dos direitos humanos russos, pode significar uma recusa em serem tratadas como vítimas por uma comunidade internacional que não quer interferir com a política nacional e assume portanto uma postura não-ameaçadora em relação aos direitos humanos, sabendo que isso não vai mudar nada (cf. Kapur, 2006).

A minha terceira asserção é que parece haver alguma abertura para o debate interno dentro de comunidade de ONGs e apesar da presença de GONGOS (Castro Seixas, 2011). Este debate interno pode ser um sinal de que as ONGs tentam adaptar-se e sobreviver num novo contexto nacional e internacional, mas também pode significar um mero olhar para o próprio umbigo num ato quase celebratório. E não há por outro lado, sinais de ampliar este debate para a esfera pública o que significaria contestar a concepção liberal da sociedade civil como composta de ONGs e excluindo o cidadão.

Podemos concluir que a narrativa liberal sobre direitos humanos e sociedade civil está atualmente a ser transformada e reapropriada na Rússia, pelo Estado, pela Igreja e pelas ONGs. Estas parecem estar simultaneamente a resistir contra as políticas do Estado russo e a iniciar um processo reflexivo / discussão entre si e com os doadores ocidentais - e em alguns casos, com o governo russo, em níveis diferentes. Enquanto certos elementos de uma concepção liberal são mantidos - como a ênfase legalista e educacional, outros são contestados. Em particular, parece haver uma recusa da condição de vitimização, relacionada com um apelo a uma posição mais ativa da CI no apoio aos defensores dos direitos humanos na Rússia. A independência e a agência parecem constituir motivações importantes para as ONG russas, o que tem ressonância com o estatuto atual da FR como potência emergente. Mas tal também tem ressonância com o discurso nacionalista sobre a liderança e gestão de sucesso da parte do Kremlin. E tal como a Rússia, as ONGs também procuram parcerias estratégicas com o Ocidente, estando simultaneamente dependentes do ocidente em termos de financiamento e até de reconhecimento (Castro Seixas, 2011).

#### **4. Respostas e Confrontos ao Projeto Liberal Global de Democratização/Paz**

Este estudo de caso múltiplo foi desenhado com base na expectativa de resultados contrastantes em relação ao modo como a BiH e a FR respondem ao projeto liberal global de democratização/paz. Como forma de

aumentar fiabilidade dos nossos dados, vamos tentar infirmar as nossas previsões e olhar primeiro para algumas semelhanças entre os dois casos.

#### 4.1. Semelhanças

Existem de fato aspetos comuns aos dois casos, e os dois dos meus entrevistados na FR argumentaram mesmo que a FR e a BiH se assemelham em dois aspetos: nos problemas que as ONGs enfrentam e na natureza fragmentada de cada sociedade. Este parecer nunca foi proferido na BiH, provavelmente devido à sua autorrepresentação como país periférico não comparável a um Estado como a Rússia. Os membros das ONGs de ambos os partilham efetivamente algumas preocupações: a preocupação com o financiamento e até mesmo com a sua sustentabilidade, a preocupação com a legitimidade em relação à opinião pública, as dificuldades de mobilização, a burocracia e a standardização do trabalho, o risco de *burnout* e os riscos de segurança (estes últimos muito mais pronunciados na Federação Russa, especialmente quando os defensores de direitos humanos trabalham sobre 'questões quentes' como a guerra na Chechénia). Além disso, existem ONGs governamentais (GONGOs) em ambos os casos, embora provavelmente de maior relevo no FR. Diante desse cenário, muitos defensores dos direitos humanos de ambos os países estão pessimistas relativamente ao seu futuro.

Na generalidade, as ONGs de ambos os países, parecem apoiar a conceção liberal sobre direitos humanos, sociedade civil e democratização, embora com alguma reserva / crítica. Não se encontram, por parte dos membros das ONGs discursos alternativos a esta perspetiva, mas sim uma abordagem bastante crítica ao papel da CI.

#### 6.2. Diferenças

Apesar das semelhanças referidas, os meus dados também revelam diferenças importantes entre os dois países. Uma destas relaciona-se com os discursos sobre a CI em cada caso. Na BiH a CI é desconstruída como uma coletânea de interesses, heterogénea, hegemónica e não-confiável, que "não se preocupa com a BiH". Há uma grande dose de desconfiança, ressentimento e até mesmo de raiva em relação à CI que não conseguiu construir um Estado verdadeiramente democrático na BiH, nem mesmo garantir a segurança dos cidadãos, apesar da supervisão internacional. Os cidadãos da BiH estão cansados, ressentidos e todavia dependentes da CI.

Na FR, os membros das ONGs criticam a CI por falta de apoio aos defensores de direitos humanos e apelam a uma posição mais ativa por parte da comunidade ocidental em relação às violações de direitos humanos na Rússia. De algum modo, trata-se também de uma queixa de que a CI não se preocupa, mas esta é feita através duma recusa em ser tratados como vítimas ou meros executores de políticas. E apenas na FR encontrei um discurso de "resistência" que toma vários significados, desde uma ideia de compromisso ou missão, a uma ideia de esperança ou de que resistir tem dado os seus frutos e de que só as organizações mais fortes sobrevivem e resistem na Rússia. Na BiH, por outro lado, o cansaço e problemas financeiros parecem estar a levar os defensores dos direitos humanos a pensar em mudar de atividade, mesmo que a sua organização não esteja em risco imediato de desaparecer.

Finalmente, a "resistência" russa pode estar a originar um processo interno de autorreflexão e debate entre as ONGs, embora este não seja alargado ao cidadão comum. Em que medida é que este debate interno significa algo para além dum 'olhar para o próprio umbigo', é uma questão que permanece. Na BiH não encontrei esta motivação para a autorreflexão e, pelo contrário, ouvi referência a problemas de concorrência e de isolacionismo das ONGs.

## Conclusão

Mais do que qualquer outra coisa, este estudo revelou as falhas gerais do processo global liberal de paz / democratização, evidenciando as semelhanças inesperadas entre os dois casos: a FR e a BiH. Em ambos os países, e apesar das suas diferenças, nomeadamente no poder e força do Estado, observam-se processos de democratização semelhantes, baseados na construção da sociedade civil e nos conceitos liberais de democracia e direitos humanos. Em geral, pode-se dizer que o processo global de paz / democratização liberal falhou em construir a paz, ou uma verdadeira democracia nestes contextos.

Uma ‘sociedade civil fraca’ e a ‘falta de vontade política’ são as justificativas ocidentais mais usuais para este fracasso, o que denota possivelmente uma estratégia de de-responsabilização, em linha com os argumentos de Chandler sobre a hegemonia ocidental. Porém, em ambos os contextos observam-se importantes críticas a este processo de democratização/paz liberal.

Se, em ambos os contextos os defensores dos direitos humanos veem o seu trabalho dificultado e em risco (sendo os riscos de segurança mais acentuados na FR), é interessante como é também na FR que encontramos maior grau de motivação intrínseca e de discursos de resistência. Porém, as formas existentes de resistência não produziram, até o momento, qualquer alternativa contra-hegemónica capaz de resolver as falhas do projeto global liberal. A possibilidade de uma paz emancipatória pós-liberal implica provavelmente uma unidade interna para mudar as regras do jogo ditadas pelos poderes nacionais e internacionais e a fragmentação social é uma característica de ambos os países. Se na BiH o pessimismo e a apatia parecem impedir qualquer mobilização para a mudança, mesmo dentro das ONGs, na FR, por outro lado, observa-se mais uma motivação para resistir do que para criar novas alternativas.

## Referências

- Belloni, Roberto. 2001. Civil society and peacebuilding in BiH. *Journal of Peace Research* 38 (2): 163-180.
- Bieber, Florian. 2002. Aid dependency in Bosnian politics and civil society: Failures and successes of post-war peacebuilding in Bosnia-Herzegovina. *Croatian International Relations Review* January-June: 25-29.
- Castro Seixas, Eunice 2011. Civil Society and Human Rights as Part of the Neoliberal Narrative: An Export to the Russian Federation. In: *Academic Quarter*, n. 2 “Global Tales”, pp. 31-49.
- Chandler, David. 2000. *Faking Democracy after Dayton, second edition*. London: Pluto Press.
- Chandler, David. 2007. The security–development nexus and the rise of ‘anti-foreign policy. *Journal of International Relations and Development* 10: 362–386.
- Duffield, Mark. 2008. Global Civil War: The non-insured, international containment and post-interventionary Society. *Journal of Refugee Studies*. 21 (2): 145-165.
- Duffield, Mark. 2002. Social reconstruction and the radicalization of development: Aid as a relation of global liberal governance. *Development and Change* 33 (5): 1049-71.
- Fairclough, Norman. 2003. *Analysing Discourse: Textual analysis for social research*. London and New York: Routledge.
- Kamhi, Alison. (2006). The Russian NGO Law: Potential Conflicts with International, National, and Foreign Legislation. In: *The International Journal of Not-for-Profit Law*, vol. 9, No.1. Acedido de [http://www.icnl.org/research/journal/vol9iss1/art\\_6.htm](http://www.icnl.org/research/journal/vol9iss1/art_6.htm) [Consultado em 30 de Maio de 2012].
- Kapur, Ratna. 2006. Human Rights on the 21 st Century: Take a Walk on the Dark Side. *Sidney Law Review*, 28 (665): 665- 687.
- Krastev, Ivan. 2006. Sovereign democracy, Russian-style. Acedido de: [http://www.opendemocracy.net/globalizationinstitutions\\_government/sovereign\\_democracy\\_4104.jsp](http://www.opendemocracy.net/globalizationinstitutions_government/sovereign_democracy_4104.jsp).

Petrov, Nikolai; Lipman, Masha & Hale, Henri E. 2010. Overmanaged Democracy in Russia: Governance Implications of Hybrid Regimes, *Carnegie Endowment Papers, Russia and Eurasia Program*, 106, February. Acedido de: [http://carnegieendowment.org/files/overmanaged\\_democracy\\_2.pdf](http://carnegieendowment.org/files/overmanaged_democracy_2.pdf)

Pugh, Michael. 2005. The political economy of peacebuilding: a critical theory perspective. *International Journal of Peace Studies* 10 (2): 23-42.

Richmond, Oliver. 2009. Liberal Peace Transitions: A Rethink is Urgent. [Online]. Acedido de <http://www.opendemocracy.net/oliver-p-richmond/liberal-peace-transitions-rethink-is-urgent>. [Consultado em 14 de Junho de 2011].

Roberts, David. 2010. *Global governance and biopolitics: Regulating Human Security*. London and New York: Zed Books.

Santos, Boaventura de Sousa 2004. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e de outro, *Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, Coimbra, 16-18 de setembro.